

O “sono da indiferença”: os Correntinos e a ação do Governo Imperial Brasileiro nos Campos de Palmas a partir dos Jornais Paranaenses da década de 1880

Maria Claudia de Oliveira Martins

Universidade de Passo Fundo
Passo Fundo - Rio Grande do Sul - Brasil
claudia.om@terra.com.br

Resumo: Analisamos em fontes jornalísticas paranaenses da década de 1880 os registros sobre a presença de argentinos de Corrientes e suas interações, entendidas como perigosas e ameaçadoras, nos Campos de Palmas. Vivenciando naquele período a disputa entre Brasil e Argentina por tal espacialidade (que a historiografia brasileira posteriormente consagrou como a “Questão de Palmas”), examinaremos também como a imprensa do Paraná se utilizava de relatos da população fronteiriça para avaliar a ação do governo central. Identificamos nas fontes crescentes boatos e temores quanto aos nossos vizinhos/estrangeiros, bem como uma crítica contundente e contínua ao governo brasileiro. Em nossas análises, ratificou-se a ambiguidade das relações na fronteira e a ação da imprensa “em apoio aos paranaenses”, num momento de indefinições daquela província.

Palavras-chave: imprensa do Paraná. Século XIX. Palmas.

Introdução

O século XIX, na América do Sul, foi marcado pelas independências dos países da região platina¹, entre outras transformações impactantes. A partir da emancipação, houve o anseio de consolidação da soberania por parte de cada uma das ex-colônias portuguesa ou espanholas, sendo um dos elementos definidores da soberania a demarcação efetiva das espacialidades que compreendiam os territórios nacionais, incertas diante dos sucessivos acordos de limites estabelecidos ao longo do domínio europeu luso e espanhol, muitos deles anulados pelos seguintes ou simplesmente não cumpridos.

O recorte temporal deste trabalho abrangeu parcialmente um destes momentos de discussão e tensão na disputa por territórios: referimo-nos à disputa pelos Campos de Palmas, na província do Paraná, região que esteve em litígio entre Brasil e Argentina no

¹ Compreendida como territórios meridionais (parciais, portanto) e fronteiriços do Uruguai, Argentina, Paraguai e Brasil, banhados pelos rios formadores da Bacia Platina: Paraná, Paraguai, Uruguai e Rio da Prata.

período de 1881 a 1895, sendo resolvida em favor do governo brasileiro pelo arbitramento do presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland².

No entanto, nossa proposta de estudos não se pautou especificamente nos embates oficiais, diplomáticos. A escolha recaiu em analisar como os jornais paranaenses tratavam a questão na década de 1880 (por ser o período de maior tensão e discussão a respeito da referida temática, sem haver, naquele momento, uma perspectiva imediata de solução), quanto à ação (ou a falta de) por parte do governo brasileiro, e de como se utilizavam do conteúdo das cartas remetidas por seus leitores, alimentando boatos e temores em relação às movimentações/ intervenções argentinas no território litigado.

Encontramos notas e artigos sobre a temática nos seguintes periódicos: *Província do Paraná*³, *O paranaense*⁴, *Gazeta Paranaense*⁵, *Jornal do Comércio*⁶ e *O Dezenove de dezembro*⁷. Uma característica comum à quase totalidade desses jornais foi o seu viés conservador que, segundo Sodré (1999 p. 190), foi o que predominou na segunda metade dos Oitocentos no Brasil e caracterizou as publicações que tiveram maior duração. Acima de qualquer rótulo, o que se constatou foi que todos apresentavam uma feição política, cujo alinhamento não significou a isenção de críticas, críticas essas que se intensificaram na medida em que a monarquia perdia força e apoio.

Sobre o papel da imprensa no Império do Brasil, informava a editoria de *O Dezenove de dezembro*⁸:

A imprensa, como todas as instituições e coisas humanas, tem um lado bom e outro mau, pois se é origem fecunda de vantagens sociais, também com razão se lhe atribuem males gravíssimos. [...] ocupada em investigar só a verdade útil e profícua ao país, a imprensa, tomando a iniciativa do bem, discute as questões de maior interesse para a sociedade, orienta e dirige a opinião na senda do progresso e dos melhoramentos, e serve de fanal ao poder.

² Para saber mais: Obras do Barão do Rio Branco I: questões de limites República Argentina. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. Disponível em < http://funag.gov.br/loja/download/969-Obras_do_Barao_do_Rio_Branco_I_Questoes_de_Limites_-_RepUblica_Argentina.pdf > Acesso em 03 de julho de 2016.

³ Jornal de tendência liberal, escrito e impresso por José Ferreira Pinheiro (paranaense).

⁴ O jornal curitibano era “órgão do partido conservador”. Seus redatores: Benedito Carrão e Justiniano de Mello, sendo este último secretário da presidência da Província do Paraná no governo Lamenha Lins (1875) e deputado provincial por quatro vezes. Retirou-se do partido conservador em 1889.

⁵ Surgiu em 1882, como continuadora do jornal *O Paranaense*. Era órgão do partido conservador (COSTA, 2000).

⁶ Jornal de orientação conservadora, cujo diretor é Luis Antônio da Silva Coelho, um dentista carioca que se muda para Curitiba em 1881.

⁷ Tratava-se do jornal que noticiava os atos do governo e da Assembleia Provincial. Fundiu-se com o jornal *Província do Paraná* em 1885 (COSTA, 2000).

⁸ *O Dezenove de dezembro*, ed. 0001, de 1854.

Como se pode inferir, o trecho acima enfatiza a tarefa a que imprensa se atribuía, a qual abarcava inclusive ser o orientador seguro do poder e o direcionador da opinião pública, em nome de um “bem maior” (local ou nacional).

As publicações nos periódicos analisados se pautaram na divulgação de cartas provindas diretamente da região litigada (de Palmas, do território argentino e do Uruguai), pela reprodução de notícias veiculadas em pequenos jornais da região fronteira do Rio Grande do Sul com a Argentina e por análises concebidas pelos próprios redatores. É importante destacar que nenhum dos jornais consultados para este artigo era produzido na região dos Campos de Palmas (ao contrário, eram escritos em Curitiba) e que a reprodução de extratos de outros veículos noticiosos, constituindo uma rede de informação, foi procedimento corriqueiro na imprensa brasileira e internacional (BARBOSA, 2011 p. 268-271). Com o uso deste expediente de reprodução de publicações, ocupava-se os espaços físicos dos jornais, bem como promovia-se a ampliação do leque de informações.

Em relação às cartas selecionadas e apenas mencionadas *au passant* ou parcial e literalmente reproduzidas, estas costumavam ser solicitadas pelos responsáveis pelos periódicos a seus leitores, ainda que não se possa afirmar que tudo o que foi publicado na imprensa nacional oitocentista fosse genuíno. Houve a questão do frequente anonimato em relação à autoria, que poderia abrir espaço às dúvidas. Os administradores dos jornais tinham ciência dos emitentes e apenas os preservavam da exposição pública? Ou às vezes se colocavam como se fossem seus assinantes? De qualquer forma, a apresentação de cartas e outros materiais publicados sem a identificação do autor foi uma prática comum ao jornalismo exercido no século XIX. A credibilidade de tal material é explicada por Barbosa (2011, p. 272)

[...] a utilização sistemática de pseudônimos ou de textos anônimos [...], ao suporte jornal confere a credibilidade e a autoria daquilo que estava escrito e não, como se supõe de forma anacrônica, na perspectiva do autor como instância subjetiva e pessoal.

Ou seja, embora as cartas fossem a base para a informação, a garantia de sua confiabilidade vinculava-se ao jornal que as acolhia e reproduzia, e não ao emitente. Cabe também destacar que o perfil dos leitores/colaboradores era comumente o de dignatários (detentores de cargos, autoridade e/ou títulos), indicando a participação de um público restrito (MATHEUS, 2013 p.56). Essa informação se confirma para Palmas (PR), pois todas as cartas e registros em que se pode apurar o autor referiam-se a pessoas que exerciam cargos públicos e/ou eram fazendeiros e negociantes abastados.

Retomando as opções metodológicas deste trabalho quanto ao uso de fontes jornalísticas, podemos asseverar que se, no país, até a década de 1970, os historiadores não

relutavam em escrever a história da imprensa mas recusavam-se a utilizá-la como fonte de pesquisa para outras temáticas – por expressarem intencionalidades e paixões, ou seja, não se pautarem pela neutralidade –, na atualidade é justamente esse aspecto que lhes confere valor como objeto de análise e de produção de conhecimento (LUCA, 2005 p.111-112). Assim, tendo a convicção de que não lidamos com registros “inocentes” é que ofertamos o resultado de nossas buscas e análises nas fontes jornalísticas do Paraná, na década de 1880.

Registros iniciais: idas e vindas na fronteira, fatos e boatos

Os registros jornalísticos anteriores à reivindicação “oficial” argentina sobre parte do território brasileiro (ocorrida em 1881) e que a historiografia brasileira posteriormente nomeou como “Questão de Palmas”⁹, já demonstravam uma movimentação constante e expressiva na fronteira. No periódico *Província do Paraná*¹⁰, temos que:

As relações entre os habitantes da fronteira estão abertas; já começam as importações de gêneros da província de Corrientes para Campo-Erê. Descem tropas em procura de sal para a margem do Paraná e súditos argentinos tem vindo ao distrito de Palmas.

Movimentações desta ordem, nas fronteiras dos domínios luso e espanhol, eram comuns desde o período colonial e envolviam trocas de toda ordem, não apenas comerciais. Atentos, no entanto, ao aspecto econômico, o próprio governo imperial e a província do Paraná reconheciam a necessidade/utilidade de estabelecer transações com os vizinhos platinos, facilitadas pela proximidade geográfica e os benefícios que poderiam fruir.

O periódico *O Dezenove de dezembro*¹¹, no ano de 1880, reproduzia carta de Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim¹² ao presidente da província paranaense, a qual enfatizava a importância da construção de estrada ligando Brasil e Argentina, utilizando as seguintes palavras:

A estrada que se projeta abrir entre os Campos de Palmas, nesta província, e os de Missões, em Corrientes, estabelecendo comunicação direta entre o império e um estado vizinho, entra na classe das estradas internacionais, e por isso é do interesse geral. Particularmente, porém, ela aproveita a esta província, para cujo desenvolvimento concorrerá certamente em grande escala.

⁹ Ver mais em HEINSFELD, 2007; HEINSFELD, et al., 1997.

¹⁰ Edição 00077 p.2, ano de 1877.

¹¹ *O Dezenove de dezembro*, ed. 02100, de 1880.

¹² Jerônimo pertencia à comissão encarregada da abertura da estrada mencionada na carta.

Esperava-se com esta obra encurtar o caminho para as tropas adquiridas na Argentina e no Uruguai, barateando os custos da operação. Mas, se para o jornal *O Dezenove de dezembro*, o estabelecimento de vias de comunicação com os países limítrofes eram proveitosas, importantes ao Brasil, como procurou demonstrar o dito periódico ao publicar a referida carta, por outro lado, como será possível constatar na sequência deste artigo, outros periódicos empenhavam-se em alertar para a desatenção governamental com o território nacional, em relação a essas mesmas vias de comunicação, por meio das quais invasões poderiam se tornar realidade.

De acordo com essa concepção, a afirmação do poderio da nação brasileira passava pelo delineamento claro de suas fronteiras e um controle rígido sobre elas. Nesta perspectiva, a fronteira era idealmente pensada como limite, como espaço demarcado e desse modo, fechado, em contraponto às suas reais características, que Golin (2002, p.14), qualificou como “o caráter aberto e desafiador da fronteira (e que) contrasta com a necessidade de precisão do limite, [...] demarcado na topografia como artificialidade inserida pelo Estado político”.

Assim, inseriam-se em campanha contrária, e as cartas dos leitores selecionadas para publicação referendavam sua posição. Trecho do jornal *O Paranaense*¹³, sob título “Os argentinos em nossa Província” informava que

Por uma carta particular que de Palmas nos foi obsequiosamente remetida, sabemos que os argentinos, assenhoreando-se pouco a pouco de grande extensão de território brasileiro, acham-se hoje completamente estabelecidos sobre as margens do Paraná, distrito de Palmas, nesta Província.

Ali, segundo o que nos referem na citada carta, acham-se montados já importantes estabelecimentos comerciais; grandes máquinas para o fabrico da erva-mate, abundantíssima naquelas regiões, outras ainda de maior importância para o corte do pinho.

Para transporte das mercadorias e exportação dos riquíssimos elementos que ali encontraram nossos vizinhos, mandaram construir vapores especiais, que sobem e descem o rio Paraná. [...]

Referia-se tal notícia aos *obrageros*, que no final do século XIX e ao longo das primeiras décadas do século XX extraíam erva-mate paranaense, transportando-a para a Argentina e Uruguai, especialmente por meio da utilização de portos clandestinos no Rio Paraná (PRIORI *et al.*, 2012 p.79-80). No entanto, ações desta natureza e muitas outras mais, certamente não ocorriam apenas de lá para cá (da Argentina para o Brasil), conquanto se davam também em sentido inverso, espelhando o dinamismo das relações e a ambiguidade das fronteiras, que se prestavam a atividades lícitas e ilícitas. Eram lugar de identificação, sob alguns aspectos e momentos, ao mesmo tempo em se constituíam em

¹³ *O Paranaense*, edição 00123 p.2, ano de 1880.

espaço de marcação da alteridade. Nesse sentido, coadunamos com Flores (2007, p.40), para quem “[...] sobretudo em relação a uma situação de fronteira [...] grupos ou sujeitos podem estabelecer determinadas relações, em certos momentos, que poderão parecer impossíveis e contraditórias em outros contextos”. Isso, porém, não parecia pesar no uso político conferido pelos jornais analisados.

A constatação do teor paradoxal e contraditório dessas relações nos permitem hoje compreender o teor das cartas enviadas às redações, em se considerando sua autenticidade. Levando-se em conta que no período em estudo, o momento histórico era de afirmação nacional, nele a fixação da diferença em relação ao outro constituiu-se uma marca. E se somarmos a isso a elevação das tensões entre Argentina e Brasil, em episódios como a Cisplatina e o pós-guerra do Paraguai, que certamente não escapavam aos moradores da região de fronteira, então é perfeitamente possível entender o uso de expressões que negativam e diferenciam o outro em relação a si, como “só pensam em fazer mal”¹⁴ ou o uso de atributos como “belicosos”¹⁵ para se referir aos argentinos e que constaram nas fontes pesquisadas, com intensidade cada vez maior. Tais expressões passam a prevalecer sobre outras, como “nossos vizinhos”, na medida em que avança a década de 1880. Do outro lado da fronteira, Jaquet (1998), analisando a historiografia produzida em *Misiones* (Argentina) nos Oitocentos, identificou a utilização recorrente e concomitante de formulações discursivas contraditórias como *enemigos*, *extranjeros*, *hermanos*, *vecinos*, para se referir às populações fronteiriças.

Entendemos que os jornais paranaenses podem ter contribuído para o aumento dos temores e insegurança entre a população dos Campos de Palmas na década de 1880 e trechos como o da *Gazeta Paranaense*¹⁶ parecem confirmar nossa hipótese. O dito periódico reproduziu em nota o teor de uma carta recebida de Palmas, a qual revelava “que os argentinos estão fazendo uma grande picada que vem sair na Colônia Militar do Chapecó, ultimamente estabelecida nesta Província. [...] que o pessoal da colônia está receoso de algum ataque por parte dos argentinos, quando saírem no Chapecó”.

Para maior clareza quanto à linha de argumentação que desenvolvemos, faz-se primordial recordar que, entre as duas publicações acima referidas tivemos o transcurso temporal de pouco mais de um ano, período no qual a Argentina apresentou sua reivindicação do território correspondente aos Campos de Palmas, com base no Tratado de

¹⁴ *Província do Paraná*, ed. 00198, de 1879.

¹⁵ *Jornal do Comércio* ed. 00071, de 1884.

¹⁶ *Gazeta Paranaense*, edição 00215, p.4, ano de 1882.

Santo Ildefonso (1777)¹⁷ e em que o Brasil, disposto a não abrir mão daquelas terras, entrou em litígio e buscou garantir suas fronteiras, instalando colônias militares¹⁸. No caso da região litigada, foram instaladas as colônias de Chapecó e Chopim.

Assim, refletindo mais detidamente sobre o conteúdo das notícias até aqui apresentadas, pode-se asseverar que se passou da divulgação de um projeto de construção de uma estrada internacional, com “inegáveis” benefícios, para a afirmação da abertura de uma estrada específica que poria os argentinos em embate direto com os militares brasileiros, sem nem ao menos tentar fazer valer a recém formulada reivindicação. Não havendo comprovação histórica de tal ocorrência, lhe conferimos a qualificação de boato. Quanto ao temor dos residentes nas colônias, possivelmente fosse verídico, uma vez que para ali se transferiram não só os militares, mas suas famílias e também outros civis.

A nosso ver, boatos não faltaram, como o que o jornal *Província do Paraná*¹⁹ divulgou, ainda em 1879, reproduzindo o conteúdo de uma carta que teria sido enviada a um habitante de Palmas por um brasileiro morador de Loreto (que é atualmente um município de Misiones, Argentina, mas na carta consta Loreto, Corrientes²⁰), na qual asseverava que havia o risco de ataque castelhano a qualquer momento. Ainda, que o emissor da missiva ouvira falar em mais de cinco mil homens somente na cidade onde morava. Se tal movimentação ocorreu, não resultou em ataque efetivo, como é facilmente comprovável. No entanto, o maior exemplo da força que poderiam ganhar os rumores pode ser demonstrado pela notícia publicada em *O Paranaense*²¹, de 08 de março de 1881

Neste momento acabam de chegar novas notícias do Campo-Erê que vieram mais inquietar a população desta cidade. Os correntinos já fizeram algumas mortes no Campo-Erê, pelo que o povo trata de embrenhar-se pelo sertão, abandonando suas

¹⁷ A República Argentina reclama como seus limites, desde 1881, dois rios mais orientais. Até 1888 eram o Chapecó e o Chopim. Nessa data transferiu a sua pretensão do Chopim para o Jangada. [...] O governo argentino dá ao Chapecó o nome de Pequirí-Guazú e ao Jangada, o de San Antônio Guazú. Esse território forma a maior parte da comarca de Palmas, nos estados do Paraná e de Santa Catarina, nos Estados Unidos do Brasil, e confina a oeste com o território argentino de Misiones*, e ao sul com o estado brasileiro do Rio Grande do Sul. A área contestada é de mais de 30.621 quilômetros quadrados [...] Obras do Barão do Rio Branco I: questões de limites República Argentina. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/969-Obras_do_Barao_do_Rio_Branco_I_Questoes_de_Limites_-_RepUblica_Argentina.pdf. Acesso em 05 de julho de 2016.

¹⁸ As colônias militares já tinham sua instalação prevista pelo Decreto 2502 de 16 de novembro de 1859, embora no Paraná tenham sido efetivamente fundadas apenas na década de 1880. Para ver a íntegra do Decreto: Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/195639-crea-mais-duas-colonias-militares-na-provincia-do-paranu-ao-occidente-dos-rios-chapecu-e-chopim-nos-pontos-que-forem-designados-pelo-presidente-da-provincia.html>. Acesso em 04 de julho de 2016.

¹⁹ *Província do Paraná*, edição 00198, de 1879.

²⁰ Misiones foi desmembrada de Corrientes, por decreto de 1881, e passou a ser território federal.

²¹ *O Paranaense*, edição 00138 p.2, 1881.

habitações. Chegando esta notícia a Palmas, os habitantes desta vila tratam de mudar-se para aqui.

Conforme relata o historiador Ruy Wachowicz (1976 p. 707), as mortes referidas no jornal chegaram à população de Palmas como o massacre dos residentes de Campo Erê por mais de mil argentinos, provocando a debandada dos palmenses que dispunham de recursos materiais ou parentes em localidades relativamente próximas. A saída para localidades próximas seria possível, em se considerando que muitos dos residentes na Comarca de Palmas tinham familiares em Palmeira e Guarapuava, distantes léguas dali.

Encontramos no acervo do Arquivo Público do Paraná correspondência²² enviada pelo 1º suplente do juiz municipal de Palmas, Arlindo Silveira Miró, em 11 de março de 1881 na qual informa ter havido a dispersão provisória e breve de parte da população de Palmas, em conformidade com o relato do referido historiador. Porém, as notícias eram de que o pânico inicial logo havia sido controlado pelo próprio remetente da carta, contando com o apoio da tropa da Colônia Militar de Chapecó. Afirmava também ter ido pessoalmente ao local do suposto ataque e confirmado não ser verídico. Asseverava Miró:

[...]dirigi-me para o lugar onde nascia essa notícia a verificar e a pedir aos retirantes melhor ordem até tomar providências, lá encontrando o Delegado 1º Suplente em exercício, verificamos ser falsa a notícia, fizemos chegar esta nova ao conhecimento daqueles que ainda poderiam ir acalmar [...] depressa chegando ao espírito das famílias, nesta ocasião muito nos ajudou a tropa de linha da colônia Chapecó, que (sob) as ordens do capitão J. B. Bormann prestou bons serviços, animando a população.

Ainda sobre os argentinos, nossas pesquisas no Livro de Atas da Câmara de Palmas²³ constataram que houve uma sessão extraordinária no dia 09 de março de 1881, cuja finalidade expressa no documento era

(...) representar à Sua Majestade, o Imperador, pedindo providências no sentido de ver guarnecida a nossa fronteira com o Estado Argentino, de modo a nos garantir o direito de propriedade e vidas ameaçadas segundo notícias dos jornais platinos, pelos mesmos argentinos, que prometem invadir o nosso território pelo Campo-Erê [...]

Como se pode perceber, os membros da Câmara Municipal de Palmas, sabendo não ter havido invasão e mortes na Comarca, não se pautavam pela edição do jornal *O Paranaense*. Seus temores tinham por base as publicações de jornais do país vizinho, as quais indicavam uma possibilidade de ação futura. Quanto ao boato sobre o ataque, este

²² Arquivo Público do PR. Índice de Aps. Cx 16. 1881-1882 (631/665).

²³ Biblioteca do IFPR. Palmas/PR.

persistiu e adquiriu tal potência que ainda no ano de 2013, a página da prefeitura de Campo Erê²⁴ o mencionava e desmentia.

Contudo, evidentemente nem todas as publicações referiam-se a informes inconsistentes. Várias delas eram portadoras de informações dignas de crédito, até porque coerentes, como as notícias publicadas no *Jornal do Comércio* (1884)²⁵ e na *Gazeta Paranaense* (1885)²⁶, ambas se referindo às expedições pelo território em litígio, nas quais os argentinos colhiam informações com os populares, realizavam medições, anotando detalhes topográficos. Tratava-se de um proceder compreensível diante da pretensão sobre aquele espaço; logo, fazia todo sentido reconhecê-lo.

Levando-se em conta tanto as notícias verídicas como os boatos e em se considerando os locais de produção e habitual circulação dos periódicos analisados, pode-se inferir que, muito mais do que para os habitantes da região fronteira com Corrientes, as notícias veiculadas pareciam ter por objetivo chegar a outros destinatários. A formulação de imagens de medo e desamparo, acrescida dos alertas e críticas cumpririam, então, os fins atribuídos à imprensa já citados em editorial de *O Dezenove de dezembro*.

Notícia após notícia, os jornais produziam um quadro em que a tensão crescia e a guerra parecia ser iminente, dada a aparente prontidão argentina. Nesse cenário preocupante, os periódicos paranaenses não hesitaram em dar sua versão sobre como o governo brasileiro se comportava, como veremos a seguir.

(Re)Ações governamentais: das impressões pessoais à ação efetiva

A imprensa paranaense não poupou o governo central em suas publicações sobre a questão internacional de limites. Enquanto os boatos e impressões sobre uma guerra prestes a eclodir provinham, na maioria das vezes, de pessoas resguardadas por um proposital anonimato, por sua vez as críticas dirigidas ao governo eram majoritariamente produzidas por aqueles que escreviam os jornais.

Tais redatores não livraram o governo imperial de suas intensas críticas, acusando-o de inércia e invigilância diante da progressiva ameaça, uma vez que a guerra parecia bater

²⁴ Disponível em: <http://www.campoere.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/13512#.V3rnTfkrLIU>. Acesso em 04 de julho de 2016.

²⁵ *Jornal do Comércio*, edição 00070, de 04 de outubro de 1884.

²⁶ *Gazeta Paranaense*, edição 00330 p.4, 1885.

à porta. Na *Gazeta Paranaense*²⁷ (1882) afirmava-se “[...] que a guerra entre a república Argentina e o Brasil, em consequência da questão de limites, será inevitável”.

Recortamos trechos que demonstram o modo como a imprensa se referia à postura governamental brasileira diante da questão de limites com a Argentina, os quais analisaremos na sequência:

- *O Paranaense* (1880)²⁸: “É deplorável, senão criminoso, o nenhum cuidado com que o governo brasileiro trata de questões desta ordem, que encaradas assim, são prometedoras de pesadas consequências para o país”;
- *Gazeta Paranaense* (1882)²⁹: “O caso é grave. Que o governo brasileiro não durma ...”
- *Jornal do Comércio* (1884)³⁰: “[...] nosso governo ainda dorme o sono da indiferença”;
- *Gazeta Paranaense* (1885)³¹: “O descuido do governo ainda nos há de dar bastante trabalho”.
- *O Dezenove de dezembro* (1887)³²: “Ainda está na lembrança de todos que muitas vezes, antes da invasão paraguaia, o povo falava nela; [...] O governo espera que os castelhanos invadam a província para depois tomar providências? [...]”
- *O Dezenove de dezembro* (1889)³³: “[...] a invasão argentina será infalível se o governo imperial não tomar medidas prontas e seguras”.

As críticas dirigidas ao poder central remetem à ideia de distanciamento entre o governo e seus súditos, fossem eles os habitantes da região em litígio, fossem os redatores dos jornais. Nelas, sugere-se haver desmazelo em relação aos relatos e apelos lançados pela via jornalística, uma vez que não encontravam resposta clara a suas inquietações por aquela mesma via ou outra qualquer que lhes fosse franqueada. Como se pode verificar ainda, há a alusão a episódios da história nacional recente³⁴ (no caso, a Guerra do Paraguai), de modo a enfatizar a contínua desatenção aos alertas populares. Interpretadas por este viés, denotavam a falta de comunicação entre governantes e governados, que nem o decantado carisma do imperador foi capaz de contornar.

²⁷ *Gazeta Paranaense*, ed. 00219 p.4, 1882.

²⁸ *O Paranaense*, ed. 00123 p.2, 1880.

²⁹ *Gazeta Paranaense*, ed. 00219 p.4, 1882.

³⁰ *Jornal do Comércio*, ed. 00071 p.4, 1884.

³¹ *Gazeta Paranaense*, ed. 00331, 1885.

³² *O Dezenove de dezembro*, ed. 00129 p.2, 1887.

³³ *O Dezenove de dezembro*, ed. 00044, 1889.

³⁴ “Recente” para o período, ou seja, século XIX.

Por outro lado, a análise do conjunto de notas e artigos mencionados ao longo deste artigo, possibilita inferir que a imprensa paranaense supervalorizava a suposta (mas não confirmada) ação argentina, sempre qualificada como ágil, sagaz e muito perigosa, enquanto o governo do Brasil era tomado por inerte, aquele que descuidadamente arriscava-se a perder seus territórios, por falta de (re)ação. O uso das palavras “sono” e “dormir” reforçava a formulação de discursos e imagens negativas acerca do governo imperial e indicava uma possível expectativa por uma atitude “prática”, na qual o Brasil se impusesse ameaçadoramente sobre seu adversário.

As críticas relacionadas à inércia não consideravam, obviamente, a ação governamental, levada a cabo por vias distintas daquelas defendidas nos jornais. Assim, não poderia dizer que o poder central se colocou inativo quanto aos assuntos que envolviam os limites do Império, cuja resolução era-lhe considerada fundamental. Conforme Patriota (2012, p. 26)

[...]é preciso ter presente que, não fosse a superação, em boa hora, dessas questões, nossa capacidade de atuar no plano internacional teria sofrido limitações reais. Sem o encaminhamento, ainda em fins do século XIX e princípios do XX, do tema essencial das fronteiras, teria sido consideravelmente prejudicada a capacidade do Brasil de avançar em sua agenda externa e de inserir-se, com confiança, na região e no mundo.

A estratégia brasileira para o desfecho favorável a si na Questão de Palmas foi direcionada, basicamente, pela via diplomática³⁵, destacando-se a atuação do Barão do Rio Branco. Atribuímos a sensação de temor e desproteção expressa nos periódicos, se realmente advindas dos habitantes dos Campos de Palmas, como fruto de sua localização geográfica, periférica, distante dos centros de decisão e ao mesmo tempo, muito próximo daqueles que eram considerados, naquele momento, os inimigos. Em relação ao governo imperial, ao optar pela via diplomática preocupou-se em reunir documentos e acessar as instâncias que poderiam resolver a situação, mas não em acalmar os alarmados brasileiros da fronteira ameaçada. Mesmo com a instalação das colônias militares na região em litígio, na década de 1880, não se deu a necessária sensação de segurança e, por isso mesmo, tivemos ao longo de toda aquela década críticas mordazes à ação governamental ou ao que se supunha como a falta dela, melhor dizendo.

³⁵ Foram frequentes os encontros e correspondências trocados entre os membros do corpo diplomático dos dois países, ao longo dos anos de 1881-1895. Também foi instituída uma comissão brasileiro-argentina para percorrer a área litigada e fazer as medições e conferências necessárias, a qual começou os seus trabalhos em 1887, concluindo em 1890. Nas sessões do corte internacional de arbitramento, o Brasil foi representado por José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco. Obras do Barão do Rio Branco I: questões de limites República Argentina. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. Disponível em http://funag.gov.br/loja/download/969-Obras_do_Barao_do_Rio_Branco_I_Questoes_de_Limites_-_RepUblica_Argentina.pdf Acesso em 05 de julho de 2016.

Quanto às apreciações negativas formuladas diretamente pelos jornalistas paranaenses, interpretamo-las como oriundas da percepção do próprio momento histórico, em que a monarquia a cada dia se encontrava mais isolada e sem apoio dos segmentos que até ali a haviam amparado e prestigiado. Westphalen (1996, p. 62), analisando a conjuntura política nos anos finais do governo imperial, afirma que “o Estado monárquico brasileiro chegara a tal ponto de deterioração que a ninguém mais (conservadores e liberais) interessou conservar o Império”. Pesara grandemente para o desprestígio da monarquia os altos custos das guerras (especialmente a do Paraguai), a centralização do poder, que desgostava as forças políticas das províncias, e as medidas relativas ao fim da escravidão, que interviram na “propriedade” senhorial, entre outros fatores.

Ocupando-se o governo central com suas próprias condições de governabilidade, a ele eram dirigidas opiniões desaprovadoras, que enfatizavam a negligência para com o território nacional (que na concepção de nação nos Oitocentos, como já se disse, era peça-chave) e o povo.

Ainda no que se refere aos periódicos paranaenses, suas críticas também podem ser analisadas como uma forma de reação diante das indefinições quanto à conformação do território daquela província, cuja disputa não se limitava às pretensões da república vizinha. Havia também a reivindicação de posse de parte das terras paranaenses à oeste de Lages, feita por Santa Catarina, que embora tenha sido mais pertinaz a partir de 1891 (com resolução em 1916), já era presente desde a criação da Província do Paraná (desmembrada da Província de São Paulo), em 1853, constituindo-se em uma das “heranças” legadas da província paulista. Assim, suas acusações de sono e indiferença do governo central demonstrariam uma indignação pela situação que a província paranaense vivia naquele momento.

Considerações finais

A pesquisa nos jornais paranaenses da década de 1880 (em notas e artigos) nos permitiram analisar como era registrada a presença argentina nos Campos de Palmas e, por essa análise, evidenciar as particularidades das relações nas zonas fronteiriças. Idas e vindas, contatos e trocas estabelecidos desde o período colonial eram, naquele momento de disputa por territórios e de afirmações nacionais, tidos por indesejáveis e ameaçadores.

As notícias vindas da região litigada, por carta, expressaram muito do que de fato havia ocorrido; porém, na maior parte das vezes, exprimiram temores diante do que poderia

ocorrer, mas que não havia efetivamente se dado, como o conflito armado ou os assassinios. Diante da sensação de insegurança e na distância que a fronteira guardava em relação aos centros do poder, a ameaça se agigantava, ganhando corpo e fôlego que provavelmente não lhe correspondesse. Para os habitantes dos Campos de Palmas, os que estavam (literalmente!) próximos e cientes de sua presença (inclusive suas fragilidades), eram os argentinos e não o governo central. Logo, escrever ao jornal poderia ser um meio de atrair a atenção e o apoio necessário.

Este estudo demonstrou também a ação dos periodistas, que por trás das notícias publicadas (ora verdadeiras, ora fantasiosas) construíram imagens de desproteção provincial, nitidamente contrárias ao governo central. Seus periódicos apresentaram críticas incisivas e persistentes àquilo que qualificavam como apatia e descaso governamental. Assumiram a defesa dos paranaenses diante das incertezas pelas quais passava aquela província, quanto a sua conformação. Acima de tudo expressaram seu posicionamento político, o qual foi ganhando novos contornos na medida em que se modificaram as relações de poder, com o crescente isolamento do governo imperial.

EL " SUEÑO DE LA INDIFERENCIA ": LOS CORRENTINOS Y LA ACCIÓN DEL GOBIERNO IMPERIAL BRASILEÑO EN LOS CAMPOS DE PALMAS, EN LOS PERIÓDICOS PARANAENSES DE LA DÉCADA DE 1880

Resumen: Analizamos en fuentes periodísticas paranaenses de la década de 1880, los registros sobre la presencia de argentinos de Corrientes y sus interacciones, entendidas como peligrosas y amenazadoras, en los Campos de Palmas. En esa época la disputa entre Brasil y Argentina por tal espacialidad (que la historiografía brasileña ulteriormente consagró como la "cuestión de palmas"), examinaremos también cómo la prensa del Paraná se utilizaba de relatos de la población fronteriza para evaluar la acción del gobierno central. Identificamos en las fuentes crecientes rumores y temores en cuanto a nuestros vecinos / extranjeros, así como una crítica contundente y continua al gobierno brasileño. En nuestros análisis, se ratificó la ambigüedad de las relaciones en la frontera y la acción de la prensa "en apoyo a los paranaenses", en un momento de indefiniciones de aquella provincia.

Palabras-clave: Prensa del Paraná. Siglo XIX. Palmas.

Referências

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. A escrita epistolar, a literatura e os jornais do século XIX: uma história. *Revista da Anpoll* v. 1 n. 30. Brasília, DF : ANPOLL, 2011. Disponível em <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/196/208> Acesso em 20 de maio de 2017.

COSTA, Elisabete Miquelin. A abolição da escravatura e a imprensa paranaense no final do século XIX. Monografia. UFPR, 2000. Disponível em http://www.historia.ufpr.br/monografias/2000/elizabete_miquelin_costa.pdf Acesso em 04 de julho de 2016.

FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. *Contrabando e contrabandistas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (1851-1864)*. Dissertação (Mestrado em História). UFRGS, 2007. Disponível em <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/11163/000606053.pdf>> Acesso em 05 de julho de 2016.

GOLIN, Luis Carlos Tau. *A fronteira*. Porto Alegre: L & PM, 2002.

HEINSFELD, Adelar; MENEZES, Albene Miriam F.; LUBISCO BRANCATO, Sandra Maria. A geopolítica nas relações Brasil x Argentina: A questão de Palmas. Simpósio Internacional de Relações Internacionais, 1997.

_____. *Fronteira Brasil/Argentina: a questão de Palmas (de Alexandre de Gusmão a Rio Branco)*. Méritos Editora, 2007.

JAQUET, Héctor Eduardo. *Los historiadores y la producción de fronteras: El caso de la provincia de Misiones (Argentina)*. Management of Social Transformations (MOST) Programme. MOST Digital Library, UNESCO. 1998. Disponível em <<http://digital-library.unesco.org/shs/most/gsdll/cgi-bin/library?e=q-000-00---0most-00-0-0--0prompt-10---4---dtx--0-1l--1-en-50---20-about-+Los+historiadores+y+la+producci%C3%B3n+de+fronteras--00031-001-1-OutfZz-8-00&a=d&c=most&cl=search&d=HASH88240d1ada21d7206554ac>> Acesso em 19 de julho de 2016.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *Fontes históricas*. Carla B. Pinsky (org.). São Paulo: Contexto, 2005. p.111-153.

MATHEUS, Leticia Cantarela. O leitor e o cotidiano na história do jornalismo. *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano*, PPGMC UFF n. 1. 44-59 janeiro/abril 2013. Disponível em <http://www.ppgmidiaecotidiano.uff.br/ojs/index.php/Midecot/article/viewFile/15/92> Acesso em 22 de julho de 2017.

PATRIOTA, Antônio de Aguiar. Prefácio. In: *Obras do Barão do Rio Branco: questões de limites República Argentina*. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. Disponível em <[http://funag.gov.br/loja/download/969-Obras do Barao do Rio Branco I Questoes de Limites - RepUBlica Argentina.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/969-Obras%20do%20Barao%20do%20Rio%20Branco%20I%20Questoes%20de%20Limites%20-%20RepUBlica%20Argentina.pdf)> Acesso em 05 de julho de 2016.

PRIORI, A., et al. A história do Oeste Paranaense. In: *História do Paraná: séculos XIX e XX* [online]. Maringá: Eduem, 2012. p. 75-89. Disponível em <http://books.scielo.org> Acesso em 05 de julho de 2016.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4 eds. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. Disponível em <<https://books.google.com.br/books?id=GmRTJgaQ1WkC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>> Acesso em 05 de julho de 2016.

WACHOWICZ, Ruy C. A transformação da propriedade fundiária no vale do Rio Iguaçu. In: *Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História – ANPUH*. São Paulo: USP, 1976. Disponível em <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S08.31.pdf> Acesso em 04 de julho de 2016.

WESTPHALEN, Cecília Maria. Política paranaense no século XIX. *Revista Paranaense de desenvolvimento*. Curitiba, n. 87, p. 51-63, jan-abr 1996. Disponível em <www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/rev_pr_87_cecilia.pdf> Acesso em 15 de agosto de 2016.

SOBRE A AUTORA

Maria Claudia de Oliveira Martins é mestranda em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF).

Recebido em 04/08/2017

Aceito em 18/12/2017